

*Intervenção de apresentação do Projeto de  
Resolução do PSD/A:  
“Incentivos à fixação de professores”  
Deputada Maria João Carreiro*

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Apostar na educação é fomentar o crescimento económico da Região.

Apostar na educação é promover a coesão social e construir uma cidadania solidária.

Apostar na educação é garantir o futuro!

Mas, só teremos futuro se apostarmos no presente.

Só teremos futuro se apostarmos na Educação, mobilizando todos os açorianos e definindo ações concretas por mais e melhor educação.

Os objetivos da educação mudaram muito e com isso mudaram também os desafios que a escola hoje enfrenta.

É necessário que todas as crianças e jovens frequentem a escola e que todos aprendam e atinjam níveis de qualidade nas suas aprendizagens.

Só assim estaremos a promover a verdadeira igualdade de oportunidades, essencialmente junto dos alunos mais desfavorecidos.

A escola é palco privilegiado para a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competências necessárias para formar cidadãos críticos e aptos a ingressar no mercado de trabalho.

A escola e os professores confrontam-se com novas tarefas: fazer da escola um lugar mais apelativo.

O ensino deve ser centrado no aluno.

O professor desempenha um papel fundamental no processo de ensino/aprendizagem.

Valorizar o papel do professor é um fator decisivo para uma educação de qualidade.

Assim, é necessário que as políticas educativas sejam eficazes e que se traduzam na melhoria da qualidade do ensino e na promoção do sucesso escolar.

Para o Grupo Parlamentar do PSD/A, a estabilidade do corpo docente é fundamental para a implementação do projeto educativo da escola e para a melhoria do serviço público de educação.

O papel da governação não se pode confinar à produção de um quadro legal de definição de regras.

A governação tem que criar as condições para que se realize a finalidade da escola. Isto é, a formação das nossas crianças e jovens que frequentam os diversos estabelecimentos de educação e ensino da Região.

Senhora Presidente

Senhoras e senhores Deputados

Um corpo docente estável, tal como defendido pelo Professor Marçal Grilo, “não significa ter professores efetivos, mas sim professores que pertençam aquela escola, querem estar ali e que

ficam ali. Não professores que andam a saltitar de um lado para o outro”.

O sentimento de pertença não se faz de modo coercivo ou por obrigatoriedade.

O sentimento de pertença a uma comunidade educativa faz-se mediante a implementação de políticas educativas ambiciosas e atentas às especificidades locais, que vislumbrem o futuro e que não se refugiem no passado.

Urge, assim, implementar verdadeiras políticas de fixação de professores nas ilhas da Coesão, em particular nas Flores e no Corvo.

Não estamos sós nesta preocupação. Vão no mesmo sentido os anseios dos vários agentes educativos, Assembleias de Escola, Conselhos de Ilha, Sindicatos dos Professores...

Falar em estabilidade é falar em qualidade de ensino.

Falar em estabilidade é falar em sentimento de pertença a uma comunidade educativa.

Falar em estabilidade é falar em continuidade pedagógica.

Falar em estabilidade é procurar garantir uma boa gestão dos diferentes órgãos da escola.

Falar em estabilidade é falar em projeto de vida, em projeto familiar.

Falar em estabilidade é também falar em desenvolvimento social, em crescimento económico.

E as nossas ilhas denominadas de ilhas da Coesão defrontam-se com um verdadeiro e perigoso problema. Estão a ver a sua população a envelhecer a passos rápidos. Estão a presenciar à sua desertificação populacional.

Só conseguiremos estancar o contínuo processo de despovoamento das ilhas mais pequenas se formos capazes de ter uma resposta diferenciada para problemas diferenciados.

Sejamos audazes e tenhamos a coragem de assumir e corrigir as assimetrias, recorrendo, para o efeito, à adoção de medidas que até se encontram plasmadas em instrumentos legislativos regionais e que sejam mais adequadas aos desafios que as escolas e professores enfrentam nessas ilhas!

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

O Estatuto do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de agosto, com as respetivas alterações e republicações, a última datada de 17 de dezembro de 2015, contempla um conjunto de incentivos à fixação dos professores, nos seus artigos 90.º a 95.º, cuja operacionalização cabe ao membro do Governo competente na matéria, que visa precisamente a estabilidade do corpo docente.

É certo que o Governo Regional retomou o modelo da periodicidade anual dos concursos e revogou a obrigatoriedade de permanência num lugar do quadro por um período de 3 anos.

Como defendia, em 2006, Carlos Mesquita Morais “três anos por opção, na mesma escola, é ótimo, mas, três anos por obrigação poderá ser péssimo”.

Abandonou-se um modelo que provocava a precariedade, a injustiça e a desmotivação dos profissionais do ensino.

Retomou-se um modelo há muito proclamado pelo Grupo Parlamentar do PSD/Açores, que trará consequências positivas,

seja no desempenho da profissão, seja no aproveitamento dos alunos.

No entanto, não basta ao Governo Regional enfatizar a estabilidade para que ela exista.

“A estabilidade precisa de alicerces e quando tremem as bases dos edifícios, geralmente, criam-se fissuras de consequências imprevisíveis, terminando, por vezes, com derrocadas de recuperação impossível”, defende Carlos Mesquita Morais.

O PSD Açores pretende evitar essas “derrocadas” em zonas geográficas mais isoladas, como os casos das ilhas das Flores e do Corvo.

Não questionamos a carência de pessoal habilitado docente, pois sabemos que, em regra, a oferta é maior do que a procura.

Senhora Presidente

Senhoras e senhores Deputados

O que está em causa é a estabilidade e a implementação de mecanismos de incentivos à fixação.

Não podemos fazer da escola um laboratório de experiências desagradáveis orientadas por pessoas descontentes.

Precisamos de criar ambientes onde se valorize o esforço dos principais intervenientes. Sejam eles alunos, sejam eles professores.

O risco da instabilidade do corpo docente é previsível.

O próprio Governo Regional já o prevê.

Por isso, contemplou no regulamento do concurso do pessoal docente, recentemente alterado e aprovado nesta Assembleia, uma norma que prevê um sistema de bonificação, ou melhor de majoração, que se traduz num apelo à permanência, mas que na verdade constitui um incentivo à saída, e que mereceu o parecer desfavorável da Oposição, dos sindicatos e das escolas.

Tendo em conta todas as circunstâncias aqui descritas e a necessidade de preparar o melhor caminho dos jovens das ilhas da Coesão, rumo a vidas de sucesso, o Grupo Parlamentar do PSD/A vem propor que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo a implementação de medidas concretas que levem à fixação de professores nas escolas das Ilhas da Coesão, designadamente a aplicação dos “Incentivos à Estabilidade” previstos nos artigos 90.º a 95.º do Estatuto do



Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, já no próximo ano letivo.

“A educação é o passaporte para o futuro, mas o amanhã pertence aos que se preparam para ele hoje”, por isso o Grupo Parlamentar do PSD/A apresenta este Projeto de Resolução que constitui um contributo para uma Educação de Sucesso que tanto merecem as nossas crianças e jovens e para a qual os docentes têm um papel essencial!

Disse.